

Thomas Paine e a independência das 13 colônias: uma análise de Common Sense

Daniele de Paula*

DOI:

10.11606/issn.2318-8855.v11i1p470-485

Resumo: Thomas Paine (1737 – 1809) teve um importante papel na independência dos Estados Unidos. Seu panfleto *Common Sense* (1776) foi um dos mais populares do período e apresentou uma defesa sólida da necessidade da independência, causando grande impacto na sociedade norte-americana. Contudo, Thomas Paine nunca recebeu o mesmo reconhecimento que os outros líderes da independência, conhecidos como “founding fathers” e suas obras são ainda pouco exploradas pela historiografia. Assim sendo, buscaremos lançar neste artigo um olhar para *Common Sense*, a fim de analisar sua argumentação e a sua importância para a independência das 13 colônias, além de efetuarmos algumas considerações sobre os possíveis motivos para o não reconhecimento de Paine. Para a análise do panfleto nos pautaremos primeiramente nas características deste gênero literário e a sua importância em contextos revolucionários e, posteriormente, analisaremos cada capítulo da obra buscando compreendê-la dentro de seu contexto histórico.

Palavras-chave: Thomas Paine; *Common Sense*; founding fathers; Independência das 13 colônias;

* Graduada em História/ Contato: danieledepaula@usp.br

Introdução

A independência das 13 colônias é o evento “fundador” dos Estados Unidos e já contém o excepcionalismo que será característico da narrativa da nação, pois pela primeira vez uma colônia declarava sua independência na América. Ao olharmos em retrospecto para o começo dos conflitos entre a colônia americana e a Grã-Bretanha podemos ficar com a falsa impressão de que a emancipação já era algo certo. No entanto, os colonos voltaram-se inicialmente contra o aumento dos impostos pela Inglaterra e não necessariamente contra o domínio colonial¹. O próprio texto elaborado por Thomas Jefferson em 1774², dentro do contexto do primeiro Congresso continental, demonstra uma postura moderada e até mesmo conciliatória, o que evidencia que não havia consenso entre os congressistas a respeito da separação e que o futuro era incerto.

Dentro desse contexto de incertezas em relação ao futuro ocorre a publicação de *Common Sense* por Thomas Paine, um dos panfletos mais importantes do período da independência e que contém uma defesa feroz da separação. John Adams, segundo presidente dos Estados Unidos e inimigo político de Paine, chegou a reconhecer em 1805 que não conhecia nenhum homem no mundo que houvesse exercido mais influência do que Paine nos últimos 30 anos (FLORENZANO, 2013, p. 1.). Contudo, Paine sofreu uma espécie de ostracismo político nos Estados Unidos, suas contribuições para a independência foram “esquecidas” e ele se tornou uma figura estigmatizada por muitos no final de sua vida (FLORENZANO, 2013, p. 2).

¹ O aumento dos impostos foi motivado em grande parte pela Guerra dos Sete Anos (1756-1763), conflito do qual a Inglaterra saiu vitoriosa, mas endividada. A fim de remediar os efeitos da crise optou-se por aumentar os impostos na colônia, o que gerou descontentamento entre os colonos.

² Trata-se do texto “Uma opinião sumária dos direitos da América britânica”, escrito por Thomas Jefferson para servir de instrução aos deputados da Virgínia no primeiro Congresso Continental. A postura de Jefferson no texto é moderada, suas críticas são direcionadas ao parlamento e não há demonstração de desejo pela independência, mas sim pela revogação das leis que incomodavam as treze colônias.

Ainda que nos últimos anos tenha havido um esforço para resgatar a figura de Paine³, o autor segue desconhecido em comparação aos outros líderes da independência dos Estados Unidos, canonizados na cultura americana. O mesmo ocorre em relação as suas contribuições para os levantes jacobinos ingleses e em relação à sua participação na revolução francesa. As obras de Paine, por sua vez, como destacam Modesto Florenzano e Daniel Gomes de Carvalho, ainda que fundamentais para a compreensão das revoluções democráticas do final de setecentos, são ainda pouco exploradas pela historiografia (CARVALHO e FLORENZANO, 2019). Portanto, lançaremos neste artigo um olhar para *Common Sense*, com o intuito de analisar a argumentação utilizada no panfleto e a importância deste para a independência das 13 colônias americanas, além de efetuarmos algumas considerações sobre os possíveis motivos para o não reconhecimento de Paine. Para tanto, iniciaremos com uma exposição biográfica do autor e em seguida partiremos para a análise do panfleto.

Thomas Paine: breve biografia

Thomas Paine nasceu em 29 de Janeiro de 1737 em Thetford, um povoado no condado de Norfolk, na Inglaterra. Recebeu uma educação formal básica, largando aos 13 anos a *Grammar School* para trabalhar como confeccionista de espartilhos, mesma profissão de seu pai. Posteriormente atuou como cobrador do fisco, no entanto, acabou sendo demitido por confiar na palavra dos comerciantes e não os inspecionar adequadamente. Após perder o emprego, Paine atuou como professor de inglês, mas largou a profissão depois que conseguiu ser readmitido na cobrança de impostos.

³ Entre as obras que buscaram resgatar a figura de Paine e seus escritos destacamos: *The Life of Thomas Paine with a History of His Literary, Political and Religious Career in America, France and England* (1892) de Moncure Daniel Conway; *The Complete Writings of Thomas Paine* (1945) de Philip Foner; *Thomas Paine: Life and Works* (1996) de Michael Foot.

Thomas Paine e a independência das 13 colônias

Atuando novamente como cobrador do fisco, Paine participou em 1772 das mobilizações da categoria por aumentos salariais. Escreveu nesse período o seu primeiro texto político, o "*Dossiê dos Agentes do Fisco*", em que defendeu que um serviço mal remunerado tem todas as chances de ser mal feito. Durante as mobilizações, Paine esteve em Londres, onde conheceu Benjamin Franklin, de quem se tornou amigo. Contudo, a campanha pelo aumento salarial não surtiu o efeito desejado e os superiores de Paine aproveitaram-se da situação para demiti-lo. Desempregado, ele ainda sofreu a falência de alguns negócios que possuía com a esposa e acabou separando-se da mesma. Sem perspectivas na Inglaterra, Paine foi convencido por Benjamin Franklin a se mudar para a Pensilvânia.

Em 1774 Paine chegou à Pensilvânia e lá trabalhou como escritor e editor do *Pennsylvania Magazine* e, depois, do *Pennsylvania Journal*. Seus escritos deste período contra o despotismo inglês, contra a escravidão e em defesa da condição das mulheres e dos animais, renderam-lhe uma fama cada vez maior (CARVALHO, 2017, p. 24). Em 1776, em decorrência dos conflitos entre a Metrópole e a Colônia, Paine escreveu *Common Sense* (1776), seu primeiro texto de grande repercussão e que será nosso objeto de análise em seguida. Com a consolidação da independência norte-americana a influência dos escritos de Paine foi reconhecida, fato lhe rendeu um convite para desempenhar alguns cargos no governo americano, entre eles o de secretário de Estado. No entanto, ele permaneceu pouco tempo nos Estados Unidos, pois às vésperas da Revolução Francesa ele se mudou para Paris, a fim de impulsionar sua ideia de uma ponte de ferro para o rio Senna.

Ao chegar à França, Paine ficou entusiasmado com o cenário revolucionário que encontrou e acabou engajando-se no movimento. Sua atuação no processo revolucionário lhe rendeu o título de cidadão francês e fez com que ele fosse eleito representante da Convenção Nacional. Entretanto, o seu posicionamento contra a

morte de Luís XVI e a sua proximidade com alguns girondinos lhe renderam a inimizade dos jacobinos. De acordo com Daniel Gomes:

Para Paine, não era necessário destruir o monarca, mas apenas seu cargo; a necessidade de punir com a morte o antigo rei representaria uma fraqueza dos revolucionários, uma vez que estariam com esse ato reconhecendo alguma espécie de poder pessoal na figura de Luís XVI. (CARVALHO, 2017, p. 27).

Após a queda dos girondinos, Paine ficou isolado politicamente e acabou sendo preso em 1793, devido a uma lei que proibia os estrangeiros de representarem os franceses. De acordo com Daniel Gomes de Carvalho, Paine conseguiu escapar do cadafalso por pouco, pois: “o sinal que o indicava para a execução foi colocado de maneira imprópria na porta de sua cela” (CARVALHO, 2017, p. 27). Contudo, Paine só foi libertado da prisão em 04 de Novembro de 1794, quatro meses depois da queda dos jacobinos. Após reconquistar sua liberdade, ele viveu em Paris até 1802, ano em que decidiu retornar para os Estados Unidos.

Como salienta Daniel Gomes, o papel de Paine na Revolução Francesa não se reduziu à sua participação como ator, pois ele também foi seu intérprete (CARVALHO, 2017, p. 28). Durante o contexto revolucionário ele escreveu quatro panfletos essenciais para a compreensão do período: *Rights of man* (1791), *The Age of Reason* (escrito entre 1793 e 1794), *Agrarian Justice* (escrito entre 1795 e 1796) e *Dissertation on the First Principles of Government* (1795).

O segundo deles, *The age of reason* (1791), teve forte impacto nos Estados Unidos e lhe concedeu muitas inimizades devido às críticas à Bíblia, presentes no panfleto. De acordo com Gomes,

em *The Age Of Reason*, Paine, numa linguagem simples e direta, levou a dúvida cartesiana aos escritos bíblicos, procurando derrubar os pilares que sustentam as religiões reveladas para, assim, substituí-las pela crença natural, pura e verdadeira: o deísmo. (CARVALHO, 2017, p. 30)

Thomas Paine e a independência das 13 colônias

Seja como for, a obra o tornou uma figura mal vista nos Estados Unidos. Em 1802, quando ele decidiu retornar para o país, lhe restavam poucos amigos, pois a maioria deles, tal como Thomas Jefferson, buscaram desvincular suas imagens da de Paine (FLORENZANO e CARVALHO, 2019, p. 328). O ostracismo sofrido pelo autor fica ainda mais evidente na ocasião de seu enterro, segundo Florenzano e Carvalho:

Quando morreu, em 8 de junho de 1809, aos 72 anos, seis pessoas compareceram ao seu enterro: a senhora Bonneville e o filho Benjamin, dois quacres, Willet Hicks e William Wuitance, e dois homens negros de nome desconhecido, os quais foram saudar um dos grandes militantes da Abolição. (CARVALHO e FLORENZANO, 2019, p. 329.)

Por fim, é interessante destacar que a vida e as obras de Paine dificultam a classificação do seu ponto de vista social. De acordo com Alfred Owen Aldridge, o fato de ele ter desempenhado diferentes funções durante sua vida permite que o classifiquemos como artesão, trabalhador manual ou até mesmo como burguês (ALDRIGE, apud: Carvalho, 2017, p. 41). Como esclarece Daniel Gomes, o fato de um autor pertencer a uma classe, não implica que ele não possa adotar o ponto de vista de outra. Mas como o próprio Gomes reconhece, Paine adotou diferentes pontos de vista em suas obras, dificultando ainda mais qualquer classificação (CARVALHO, 2017, p. 41). Posto isso, concordamos com a perspectiva apresentada por Eric Foner:

Mais do que o consistente porta-voz de qualquer classe dentro da sociedade norte-americana, Paine talvez deva ser considerado um dos primeiros intelectuais, um grupo social que adquiriu proeminência na segunda metade do século XVIII. Então, como agora, intelectuais têm origens sociais diversas e como um 'estrato relativamente autônomo', frequentemente pensam estar acima de partido e de classe. (FONER, apud: CARVALHO, 2017, p. 42)

Uma análise de *Common Sense*

Antes de analisarmos o conteúdo de *Common Sense* faremos algumas breves considerações sobre o que é um panfleto. Para isso, nos apoiaremos em Bernard

Bailyn, historiador e estudioso dos panfletos norte-americanos. Segundo Bailyn, os panfletos que inundaram as treze colônias durante a independência eram, “livretos consistindo de algumas folhas de impressão, dobradas de várias maneiras de modo a fazer vários tamanhos e números de páginas, vendidos - as páginas costuradas frouxamente, não encadernadas e descobertas - geralmente por um xelim ou dois”⁴(BAILYN, 1992, p. 2). Ainda de acordo com Bailyn, as características de um panfleto permitem que ele seja produzido muito mais rápido que um livro comum e que atinja um público diverso. Nas palavras do autor: “Altamente flexíveis, fáceis de fabricar e baratos, os panfletos eram impressos nas colônias americanas onde quer que houvesse impressoras, ambições intelectuais e preocupações políticas.”⁵ (BAILYN, 1992, p. 2).

As características elencadas acima já nos dão algumas pistas da importância dos panfletos em contextos revolucionários, afinal, o fato de serem produzidos rapidamente e de atingirem um grande público, os tornavam sedutores para os revolucionários e até mesmo para os defensores do *status quo*, ambos interessados em convencer o grande público de suas ideias. Segundo Bailyn,

“O panfleto deste comprimento médio era perfeitamente adequado às necessidades dos escritores revolucionários. Era espaçoso o suficiente para permitir o desenvolvimento completo de um argumento - investigar premissas, explorar a lógica e considerar conclusões”⁶ (BAILYN, 1992, p.3)

Em seu livro, Bernard Bailyn também classificou os panfletos do período em

⁴ Tradução livre, no original: “booklets consisting of a few printer's sheets, folded in various ways so as to make various sizes and numbers of pages and sold - the pages stitched together loosely, unbound and uncovered - usually for a shilling or two”

⁵ Tradução livre, no original: “Highly flexible, easy to manufacture, and cheap, pamphlets were printed in the American colonies wherever there were printing presses, intellectual ambitions, and political concerns”

⁶ Tradução livre, no original: “The pamphlet of this middle length was perfectly suited to the needs of the Revolutionary writers. It was spacious enough to allow for the full development of an argument - to investigate premises, explore logic, and consider conclusions”

Thomas Paine e a independência das 13 colônias

três grupos, os que respondiam a eventos e acontecimentos do momento, os que eram respostas a outros panfletos e os que se distinguiam pelo caráter ritualístico de seus temas e linguagem. Acreditamos que *Common Sense* se adéqua a primeira categoria, ou seja, foi uma resposta aos eventos do período, embora Paine também estivesse estabelecendo diálogo com as diferentes ideias e atores do momento. Publicado em Janeiro de 1776, *Common Sense* teve uma grande repercussão, vendendo 150 mil cópias nos primeiros doze meses, em um país com apenas 2,5 milhões de habitantes (FLORENZANO, 2013, p. 1). Se considerarmos ainda que os panfletos eram lidos em voz alta, nas praças públicas, percebemos que sua influência foi bem maior do que os números de vendas sugerem.

Outro fator que nos ajuda a concluir que *Common Sense* teve grande repercussão e influência em seu período é o fato de que este recebeu “respostas” de outros escritores contemporâneos à sua publicação:

“O senso comum de Thomas Paine foi respondido não apenas por duas refutações exaustivas dos conservadores, mas também por pelo menos quatro panfletos escritos por patriotas que compartilhavam seu desejo de independência, mas não suas visões constitucionais e religiosas ou suas suposições sobre a natureza humana...”⁷ (BAILYN, 1992, p. 5).

Por fim, é importante destacarmos os motivos que teriam levado Paine a escrever *Common Sense* e o público que ele objetivava atingir. Para isso, precisamos considerar primeiramente o contexto histórico em que o panfleto foi escrito, isto é, o descontentamento dos colonos com a Grã Bretanha e os conflitos que vinham ocorrendo entre a metrópole e a colônia⁸. No entanto, de acordo com Adriana

⁷ Tradução livre, no original: “Thomas Paine's *Common Sense* was answered not merely by two exhaustive refutations by Tories but also by at least four pamphlets written by patriots who shared his desire for independence but not his constitutional and religious views or his assumptions about human nature.”

⁸ A partir da segunda metade do século XVIII a Inglaterra aumentou sua dominação sobre as treze colônias, impondo uma série de leis que geraram descontentamento entre os colonos: lei do açúcar (1764), lei da moeda (1764), lei do selo (1765), monopólio do Chá para a Companhia das Índias

Maamari, a principal motivação para redação do panfleto teria vindo da influência de Benjamin Rush, médico e escritor da Filadélfia que, embora compartilhasse dos posicionamentos de Paine, temia escrever ele mesmo algo do gênero (MAAMARI, 2007, p. 173).

A respeito do público, *Common Sense* foi destinado ao conjunto do povo americano a quem Paine escreveu com o objetivo de convencer que a separação traria inúmeros benefícios para a colônia. Com as características de um texto político, Paine apresentou o seu diagnóstico: a união com a Inglaterra já não era mais sustentável e trazia apenas malefícios, por isso, o “remédio” apontado por ele era claro: “tudo o que é direito natural pede a separação. O sangue dos assassinados, a voz chorosa da natureza grita: é tempo de separar-se” (PAINE, 2012, p. 51).

Feita a apresentação de algumas das características gerais dos panfletos norte-americanos do século XVIII e de *Common Sense*, partiremos para uma análise mais detalhada da argumentação deste. Ele está dividido em quatro partes, mas com as reedições foram incluídos dois apêndices, entretanto, nos concentraremos aqui nos quatro capítulos originais: 1- Da origem e desígnio do governo em geral com concisas observações sobre a constituição inglesa, 2- Da monarquia e da sucessão hereditária, 3- Reflexões sobre o presente estado das questões americanas e, por último, 4- Da capacidade atual da América para a independência com algumas reflexões variadas.

No primeiro capítulo, como o título sugere, Paine aborda a origem de um governo, isto é, o motivo pelo qual as sociedades o necessitam. De acordo com a sua definição, enquanto a sociedade nasce da necessidade humana, ou seja, como uma forma de fortalecer o homem frente aos desafios impostos pela natureza, o governo

Orientais (1773). A resistência dos colonos frente a tais leis levaria a uma série de conflitos entre a colônia America e a metrópole inglesa.

Thomas Paine e a independência das 13 colônias

nasce da incapacidade de a virtude governar o mundo, segundo o autor: “a sociedade é produzida pelas nossas necessidades, e o governo, pela nossa maldade” (PAINE, 2012, p. 27). Para ilustrar sua argumentação Paine propõe um exercício imaginativo: um grupo de imigrantes buscando povoar uma região inóspita. De acordo com o autor, a necessidade de vencer as adversidades da região faria com que os imigrantes se unissem (formando uma sociedade), no entanto, logo surgiriam os primeiros conflitos, o que levaria à criação de um governo. Uma vez ilustrada a origem de um governo, Paine esclarece qual o propósito deste para uma sociedade: garantir a liberdade e a segurança, uma perspectiva claramente liberal.

Após as considerações sobre o governo, Paine inicia suas críticas à constituição inglesa, para nosso autor, esta possui remanescentes de duas antigas tiranias, a monárquica (na pessoa do rei) e a aristocrática (representada pelos nobres). Combinada com as duas tiranias, a constituição inglesa teria incluído materiais republicanos (os comuns), entretanto, a coroa continuava a ser a parte dominante, por isso, para ele: “não obstante tenhamos sido suficientemente sensatos para fechar a porta à monarquia absoluta, no mesmo tempo fomos tão tolos que demos à Coroa a posse da chave” (PAINE, 2012, p. 32). Nesse capítulo, já é possível notar duas características que seguirão ao longo do panfleto: críticas ferozes ao modelo monárquico e uma linguagem simples e didática, com o objetivo claro de atingir um grande público e o convencer.

No segundo capítulo Paine aborda essencialmente duas questões: a antinaturalidade da monarquia e os problemas da sucessão hereditária. É interessante notar que para criticar a monarquia Paine utilizou essencialmente argumentos religiosos, pautando-se na Bíblia. Considerando que em sua obra *The age of reason* o autor defendeu uma posição deísta, criticando as sagradas escrituras, podemos tirar duas conclusões: 1) em 1776 Paine ainda não era deísta, ou, 2) Paine

omitiu o que pensava sobre as religiões reveladas, a fim de utilizar a Bíblia para reforçar suas críticas à monarquia.

O mais provável é que a segunda conclusão esteja correta, pois de acordo com Daniel Gomes, “John Adams, em 1776, ficou desconcertado - “ao ouvi-lo expressar desprezo pelo velho testamento e por toda a Bíblia.”-, o que nos leva a crer que suas ideias sobre religiões reveladas são antigas e não foram anteriormente expressas em público por questões pragmáticas” (CARVALHO, 2017, p. 63 e 64). Seja como for, Paine utilizou o texto bíblico para afirmar que, “A monarquia, nas Escrituras, está classificada como um dos pecados dos judeus, em razão do qual uma maldição foi destinada a eles” (PAINE, 2012, p. 36). Em outra passagem o autor vai ainda mais longe ao dizer que, “ou o todo poderoso protestou contra o governo monárquico, ou então são falsas as Escrituras” (PAINE, 2012, p. 38).

As críticas à hereditariedade, por sua vez, são construídas com argumentos racionais. Para Paine a hereditariedade é uma imposição à posteridade (uma vez que os descendentes do rei governarão no futuro) e um pacto insensato, injusto e antinatural. Para fortalecer os seus argumentos ele busca explorar as três circunstâncias em que uma pessoa pode se tornar rei: ao acaso, eleição ou imposição, e, nenhuma das três possibilidades, para ele, seria capaz de justificar a sucessão hereditária.

Para Paine, se o primeiro rei subiu ao trono pelo acaso, está aberto o precedente para o seguinte, o que excluiria a sucessão hereditária. Se o primeiro rei foi eleito, da mesma forma está anulada a sucessão hereditária, uma vez que as futuras gerações também teriam que ter o direito de eleger o seu próprio rei. Por fim, no caso da usurpação, não há argumento que a legitime, portanto, mais uma vez a sucessão hereditária não se sustentaria.

Thomas Paine e a independência das 13 colônias

O terceiro capítulo é marcado por uma defesa contundente da separação, nele Paine buscou estabelecer diálogo com os defensores da reconciliação com a Metrópole a fim de refutar a argumentação destes. Primeiramente ele nega o discurso daqueles que afirmavam que a prosperidade das treze colônias dependia da conexão com a Inglaterra e argumenta que sem intervenções as colônias estariam em uma situação muito melhor. Em seguida ele aponta os erros daqueles que acreditavam que a Inglaterra protegia a colônia de outras nações, afirmando que os inimigos que as treze colônias enfrentavam eram na verdade os inimigos da Inglaterra: “qualquer submissão à Grã-Bretanha tende diretamente a envolver este continente em querelas europeias, indispondo-nos com nações que, se não fosse por isso, procurariam a nossa amizade...” (PAINE, 2012, p. 50).

Ainda no terceiro capítulo, o autor defendeu que os horrores da guerra já haviam tornado impossível qualquer reconciliação e, a fim de sensibilizar e convencer seus leitores ele utilizou o exemplo de Boston ao afirmar que, “os habitantes dessa tão infeliz cidade... não tem hoje outra alternativa senão morrer de fome ou pedir esmola” (PAINE, 2012, p. 52). Para Paine, o único motivo para temer a independência seria a falta de um plano, por isso, ele utiliza as últimas páginas do capítulo para fazer sugestões, propondo um regime republicano para a América, com um presidente e com representantes das colônias sujeitos à autoridade de um Congresso Continental. Ele ainda ironiza: “Mas perguntam alguns, onde está o rei da América? Digo-vos, meus amigos, que ele reina lá em cima, e não devasta a humanidade como faz o rei da Grã Bretanha” (PAINE, 2012, p. 62).

O quarto e, último capítulo, apresenta argumentos para convencer o leitor de que o momento da separação havia chegado, ou seja, que a independência não poderia ser postergada. Segundo Paine, a colônia deveria investir na construção de navios para a guerra, destacando que em momentos de paz os navios poderiam ser

usados para o comércio. Paine também analisou o poder naval da Inglaterra, argumentando que embora fosse poderoso, ele estava espalhado pelo globo, protegendo as diferentes possessões inglesas, ou seja, as treze colônias não enfrentariam toda a frota da Inglaterra, mas sim, uma parte.

Paine também afirmou que a separação não deveria ser adiada, pois naquele momento os americanos dispunham da experiência das guerras recentes (como a que ficou conhecida na historiografia como Guerra dos Sete Anos) e que esta experiência seria fundamental para a guerra da independência. Em sua defesa pela separação ele é enfático, “Da Grã Bretanha não podemos esperar nada além da ruína. Se mais uma vez ela for admitida ao governo da América, já não valerá a pena viver neste continente” (PAINE, 2012, p. 71).

Em síntese, *Common Sense* apresenta uma defesa sólida da separação, utilizando uma linguagem simples e argumentos racionais, religiosos e empáticos, a fim de convencer o seu leitor. O sucesso do panfleto, de acordo com Adriana Maamari, se encontra justamente no fato de Paine dominar a arte desse gênero literário, conseguindo convencer leitores com diferentes graus de instrução, “Common Sense teve um impacto extraordinário sobre os eventos pela sua amplitude e retórica simples, ao alcance do homem da rua, mesmo que fosse relativamente iletrado.” (MAAMARI, 2007, p. 180).

Por fim, nos resta demonstrar o impacto do panfleto para a independência das treze colônias. Para isso, precisamos considerar primeiramente a repercussão de *Common Sense* que, como o número de vendas e de “respostas” recebidas revelam, foi muito lido e discutido em sua época. Segundo Maamari,

“todos os delegados do Segundo Congresso Continental leram *Common Sense* em janeiro de 1776 e é indiscutível que este texto teve uma influência considerável sobre as decisões que o Congresso adota em julho de

Thomas Paine e a independência das 13 colônias

1776, notadamente sobre a redação e adoção da Declaração da Independência” (MAAMARI, 2007, p. 181).

As falas de alguns dos personagens consagrados como líderes da independência também nos revelam o impacto de *Common Sense*. De acordo com George Washington o panfleto, “operou uma extraordinária mudança na mente de muitos homens” (CARVALHO e FLORENZANO, 2019, p. 326) e, segundo Thomas Jefferson, o republicanismo de Paine: “tornou superado tudo o que se escreveu antes sobre as estruturas de governo” (CARVALHO e FLORENZANO, 2019, p. 326). Finalmente, segundo o historiador Leandro Karnal, o próprio Paine confessou em carta para um amigo que o seu panfleto deu à política americana um novo rumo (KARNAL, 2017, p. 84).

Considerações Finais:

Thomas Paine foi um homem de vida agitada, tendo a oportunidade de participar de dois dos maiores acontecimentos do século XVIII: a independência das treze colônias e a Revolução Francesa. Em relação à independência norte-americana, como tratamos ao longo deste trabalho, o seu panfleto causou um grande impacto na sociedade americana, ajudando a convencer muitos contemporâneos que o momento da separação havia chegado. Segundo Maamari,

“não é exagerado dizer que *Common Sense* foi o catalisador da situação na América e a inspiração da Declaração da Independência... Segundo numerosos jornais contemporâneos, *Common Sense* reuniu à causa da independência milhares de pessoas que até então não suportavam nem mesmo a ideia” (MAAMARI, 2007, p. 177).

Contudo, como também buscamos evidenciar ao longo do artigo, Paine sofreu um isolamento político nos Estados Unidos ainda em vida, ao ponto de no dia da sua morte apenas seis pessoas acompanharem seu velório e nenhum homem público lamentar o ocorrido. A publicação de *The age of reason* com certeza foi determinante

para tornar Paine uma figura mal vista nos Estados Unidos durante sua vida, no entanto, o seu não reconhecimento *à posteriori*, como aponta Florenzano e Carvalho, pode ter relação com fatores de sua vida particular e de seus posicionamentos políticos:

Em muitos aspectos, Paine foi mais radical do que os Founding Fathers da Independência dos Estados Unidos, opondo-se à escravidão e, posteriormente, à ideia da Bíblia como Palavra de Deus e única autoridade infalível. A isso soma-se o fato de que ele era um neófito no país, sem posses e propriedades, estranho à elite. Por isso, Paine não ocupou o mesmo lugar de Jefferson e Washington entre os founding fathers (FLORENZANO e CARVALHO, 2019, p. 326)

Por fim, também é provável que a historiografia ainda não tenha dado a merecida atenção às obras de Paine devido aos seus posicionamentos políticos. Como aponta Daniel Gomes e Modesto Florenzano, por um lado parte da historiografia marxista trata Paine com desdém por ele ter sido um defensor da propriedade privada, por outro, boa parte da historiografia liberal-conservadora reproduz a imagem de um Paine radical e idealista, tornando-o uma figura ainda hoje incompreendida (FLORENZANO e CARVALHO, 2019, p. 334).

Radical para alguns e moderado para outros, é indiscutível que Paine foi um homem que marcou o século XVIII e que foi fiel até os últimos momentos aos seus posicionamentos. Suas obras nos fornecem atualmente um rico material para o estudo histórico e, por isso, acreditamos que elas merecem ser estudadas de forma mais atenta pelos historiadores, a fim de que Paine seja compreendido e suas contribuições reconhecidas.

Referências bibliográficas:

BAILY, Bernard. **The ideological Origins of the American Revolution**. Estados Unidos, Belknap Press, 1992.

Thomas Paine e a independência das 13 colônias

CARVALHO, Daniel Gomes e FLORENZANO, Modesto. **A (des)fortuna de Thomas Paine: um problema histórico e historiográfico**. Niterói: Tempo [online]. Vol. 25, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tem/v25n2/1980-542X-tem-25-02-320.pdf>. Acesso em 28/11/2020.

CARVALHO, Daniel Gomes. **O pensamento radical de Thomas Paine (1793-1797): artífice e obra da Revolução Francesa**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo. São Paulo, 2017.

FLORENZANO, Modesto. **Thomas Paine revisitado**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/florenzanothomaspaine.pdf>. Acesso em 28/11/2020.

KARNAL, Leandro. **Estados Unidos: a formação da nação**. São Paulo: Contexto, 2017.

MAAMARI, Adriana Mattar. **A república e a democracia em Thomas Paine**. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo. São Paulo, 2007.

PAINE, Thomas, **Senso Comum**. São Paulo: Martin Claret, 2012.